

Bastariam seis meses para "limpar" Moçambique

—afirmou Mike Hoare, chefe dos mercenários brancos que actuaram no Congo

Há nove anos, os mercenários brancos do Congo — «Les affreux», «os terríveis» — tornavam-se um grupo lendário, pela sua acção de guerrilha na selva equatorial. Lendário, tanto para os seus admiradores como para os seus inimigos. Entre os homens que constituíam essa força houve um que se tornou especialmente conhecido pela sua acção: o coronel Michael Hoare («Mike, o Louco»).

Natural de Dublin, na Irlanda, comandava o 5.º Grupo de Comandos — ou, se se preferir, o bando de trezentos desesperados (rodesianos, ingleses e sul-africanos) que sufocou uma revolta de inspiração comunista no Congo-Zaire, ao serviço do então presidente Moisés Tshombé. Michel Hoare é hoje um homem de negócios de Durban. Mas, ao que parece, mantém bem vivo o seu interesse pelas guerras africanas. Há dias, um repórter da «Newsweek», Peter Younghusband, foi ouvi-lo sobre os insistentes rumores de uma possível intervenção de mercenários, «a pedido dos ricos colonos brancos», na África

tempo, eu fazia-o mais por gosto do que por defesa de princípios...

—Que quer dizer exactamente com essa sua expressão «educação política»?

—Quero dizer que compreendi que o apoio de um exército mercenário a um Estado ou regime minoritário não resolverá grande coisa, nos tempos que vão correndo. Como se viu no Biafra. Nos velhos tempos do Congo, a O. U. A. estava muito menos organizada. As próprias Nações Unidas falharam lamentavelmente nos seus esforços para regularizarem a situação. As circunstâncias eram «demasiadas novas», e confusas, e nós podíamos fazer qualquer

em perigo de se ver derrubado pelos guerrilheiros da Frelimo, aceitará uma proposta para recrutar mercenários e intervir?

—Sim, desde que tivesse a certeza de que a Frelimo não contava com o apoio popular. Mas se a Frelimo tiver o apoio dos moçambicanos, considerados no seu conjunto, então a situação já não seria conforme aos princípios que há pouco referi. E isso tornaria a nossa tarefa extremamente difícil.

—Qual a sua opinião sobre os combatentes da Frelimo?

—São corajosos e estão bem armados. Mas tem-se exagerado o seu valor. Já tenho dito, por diversas vezes, que, se se lhes tivesse oposto desde o princípio, tropas rodesianas ou sul-africanas, já teriam desaparecido sem deixar vestígios...

—De quantos homens precisaria, para uma força de mercenários em Moçambique?

—Há seis meses, bastar-me-iam talvez quinhentos. Hoje, creio que uns mil.

—E quanto tempo levaria para «limpar» o território?

—Talvez uns seis a oito meses.

—Ser-lhe-ia fácil reactivar rapidamente o seu velho Comando n.º 5?

—Mas... com certeza. Mui-

tos dos rapazes procurar-me-iam logo. Tenho até recebido numerosos telefonemas, perguntando-me se eu estaria a recrutar gente para Moçambique ou para Angola. Lá lhes vou dizendo que tenham calma; que, tal como as coisas estão neste momento, não é caso disso.

—O que o leva a dizer que, com mil mercenários, faria em Moçambique, em oito meses, o que o Exército Português não conseguiu fazer em treze anos?

—Em poucas palavras, a coisa resume-se assim: os portugueses fizeram em Moçambique uma guerra defensiva, e sem grande entusiasmo. Nós iríamos atrás dos homens da Frelimo. Caçá-los-íamos. Essa a grande diferença entre a forma como os portugueses vêem o problema e a minha.



Exclusivo «Newsweek» - O SECULO

O «coronel louco» diz não ter sido contactado no sentido de combater a Frelimo em Moçambique

portuguesa. Eis a entrevista:

—Recebeu quaisquer propostas para formar uma nova força de mercenários, destinada a actuar em Angola ou em Moçambique?

—Não. Posso afirmar, com toda a sinceridade, que não recebi qualquer pedido nesse sentido.

—Se o recebesse, considerá-lo-ia?

—Sim, desde que ele viesse conforme a determinados princípios.

—E quais são esses princípios?

—A proposta teria de ter o consentimento do Governo legalmente estabelecido e os mercenários teriam de ser considerados como forças armadas desse país.

—Vê-lhas reminiscências do Katanga, onde V. lutou contra um regime separatista ilegal, não?

—Sim, suponho que sim. Mas, depois disso, tive tempo de fazer a minha educação política.

—Quer dizer com isso que considera um erro ter combatido por Tshombé no Katanga?

—Não tenho bem a certeza... Nessa altura, achei bem lutar por Tshombé. Ele tinha-se tornado presidente do Congo; a coisa parecia justificar-se e, de resto, nós continuámos depois a lutar por Mobutu. A diferença está em que, nesse

coisa. Hoje, tanto a O. U. A. como a O. N. U. estão melhor organizadas, e as linhas mais claramente definidas.

Os aventureiros de um exército de mercenários têm de contar com maior desaprovação da parte da opinião pública mundial.

—Vê ainda quaisquer circunstâncias em que a utilização de uma força de mercenários fosse viável?

—Sim. Um país em situação caótica, sem qualquer outra alternativa que não seja o recurso a uma força de mercenários rapidamente constituída, para assegurar a autoridade do Governo, enquanto este não puder garantir um programa de estabilidade permanente.

—Parece-lhe ser esse o caso actual, em Angola e Moçambique?

—Sim, na medida em que há caos (nesses territórios). Mas o Exército Português continua lá, e deve manter a ordem. Em qualquer caso, a entrada de uma força de mercenários nesses territórios, enquanto o Exército Português lá se mantiver, envolverá sempre problemas políticos.

—Se Portugal retirasse as suas tropas de Moçambique, e um Governo conservador apoiado pelos grandes interesses económicos estivesse

Séc (Lx) 24/4/74